



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA**  
**DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Instrução nº 2521**

*Dispõe sobre as solicitações dirigidas a CONJUR e à eficiência no tratamento das questões jurídicas que lhe são afetas.*

O Presidente em exercício do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo, Engenheiro Civil Antonio Carlos Tosetto, Creasp nº. 0600217167, Diretor Técnico no uso de suas atribuições;

Considerando a integração da Consultoria Jurídica nas rotinas do CREA-SP, com seu crescente envolvimento na solução de cada vez mais numerosas questões suscitadas por vários órgãos internos;

Considerando, ainda, o intenso trabalho a que diversas Superintendências tem se proposto, assim como o sério trabalho que tem sido levado a cabo para a realização de projetos da atual gestão, provocando proporcional aumento no número de processos e documentos para análise jurídica;

Considerando, ainda, o número pequeno de advogados atuantes na Consultoria Jurídica, responsáveis por questões envolvendo altos riscos e complexidade, e do caráter profundamente técnico especializado do desempenho afeto às suas funções;

Tendo-se em conta a preocupação que os profissionais da Consultoria Jurídica tem em manter e aprimorar a qualidade de seus trabalhos, estreitando relações com as demais áreas, e primando pela transparência e diálogo na sua atuação;

Relevando-se, ainda, que outras atribuições jurídicas, afetas a outras áreas deste CREA-SP, tem sido solicitadas, a título de colaboração com outras áreas de envolvimento jurídico, por impossibilidade que declaram de absorver o trabalho;

**DETERMINA:**

**Art. 1º.** A Consultoria Jurídica, por seus profissionais, é órgão que se propõe a prestar orientações atinentes a documentação e melhores métodos de instrução processual em matéria de Licitações, Contratos e Convênios. Contudo, essas instruções devem ser solicitadas tão somente diante de situações que justifiquem fundadas dúvidas, afora os casos previstos em lei, em prestígio aos princípios da economia e eficiência administrativa.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA**  
**DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Art. 2º.** Entenda-se, nesse sentido, que é dever dos gestores orientar seus colaboradores para que tenham o hábito de consulta às leis n.8.666/93 e n.9.784/99, assim como aos normativos internos envolvidos na instrução processual, para que procedam em estrita observância do quanto lá determinado.

**Art. 3º.** Não compete à Consultoria Jurídica emitir opiniões de caráter técnico ou não-jurídico aos colaboradores em geral. Análises e posicionamentos desse tipo são de responsabilidade dos gestores de cada área, interessados no objeto do respectivo processo.

**Art. 4º.** Os prazos para apreciação de casos autuados em processos, ou em memorandos, pela Consultoria Jurídica, devem ser compatíveis com a relevância de cada objeto, além de relevar a sua complexidade.

**§1º.** Falhas de planejamento ou omissões no andamento de processos e documentos não se classificam como “casos de urgência” ou “emergência”. Não justificam, portanto, atuação extraordinária ou sucinta da Consultoria Jurídica.

**§2º.** Os casos de comprovada urgência devem ser encaminhados à Consultoria Jurídica com antecedência compatível com seu nível de importância e complexidade, sempre instruídos de forma completa e finalizada, com páginas numeradas e rubricadas, e com encaminhamentos objetivos e claros - permitindo, assim, a correta apreciação do caso sob o ponto de vista jurídico formal.

**§3º.** Em casos de efetiva urgência – descartados os casos de omissão ou atraso culpável – a Consultoria Jurídica, conforme o caso, demandará prazo mínimo de 72h (setenta e duas horas), considerados apenas os dias úteis, para a respectiva apreciação, podendo considerar perecido o objeto quando esse prazo excepcional não for observado.

**Art. 5º.** É obrigação das áreas que lidam com interessados externos, adverti-los sobre a necessidade de atendimento dos padrões jurídico-formais básicos, com o rigor que a administração pública requer (nos termos da lei e do entendimento do Tribunal de Contas da União).

**Art. 6º.** Contraria o princípio da economia e da eficiência administrativa, encaminhar à Consultoria Jurídica processos ou consultas em geral, cuja irregularidade elementar é evidente; ou contendo informações sem a prova documental oficial logicamente correspondente (por documento oficial, quando for o caso; ou devidamente assinado por emissor legalmente capacitado).

**Art. 7º.** Mera declaração não tem valor probatório relevante, por si só, quando os fatos mencionados podem ser provados por documento próprio. Nesses casos, a declaração deve explicitar e referir-se ao documento probatório.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA**  
**DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Art. 8º.** As disposições acima objetivam manter a qualidade da atuação dos profissionais deste CREA, aprimorando a tramitação processual que demande manifestação jurídica.

Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, 03 de janeiro de 2011.

*Assinado no original*

**Engenheiro Civil Antonio Carlos Tosetto**  
**Creasp nº. 0600217167**  
**Diretor Técnico no exercício da Presidência**